

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • junho de 2018

XXI MARCHA: CONQUISTAS E DESAFIOS MARCAM EVENTO



Marcada por momentos de emoção e debates sobre os compromissos com o Brasil, a **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios** contou com a participação de mais de sete mil pessoas. No palco principal, as mulheres ganharam voz e receberam uma homenagem na abertura oficial do evento. De forma emocionante, um vídeo com imagens de lideranças femininas que fazem parte da política nacional foi apresentado enquanto o hino nacional era entoado também por uma mulher.

Na programação principal, gestores municipais puderam reforçar junto ao presidente da República, Michel Temer, ministros de Estado, deputados e senadores as principais reivindicações e os desafios das administrações locais. Outro ponto alto foi a participação dos presidentiáveis, que firmaram compromisso com os Municípios em relação a diversos temas, como pacto federativo, Educação, Assistência Social, Saúde e Saneamento Básico.

A trajetória de 21 anos de lutas e conquistas de Paulo Ziulkoski foi também destaque na programação. Com mais de R\$ 652 bilhões em con-

quistas, os presentes relembrou momentos marcantes da atuação do líder municipalista e acompanharam a posse da nova diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que terá como presidente o ex-prefeito de Saldanha Marinho (RS) Glademir Aroldi.

A **XXI Marcha** teve resultados importantes na própria semana em que ocorreu o evento. Entre essas estão o decreto assinado pelo governo federal flexibilizando o uso das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a aprovação do requerimento de urgência para o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 461/2017, referente ao ISS.

Também avançou a Medida Provisória (MP) 818/2018, aprovada nos plenários da Câmara e do Senado em um intervalo de uma semana. A matéria aguarda sanção da presidência da República. Outra proposição importante, as novas regras para os contratos da administração pública foram definidas pelo relator da chamada Nova Lei de Licitações, a fim de tornar o processo transparente, planejado e eficiente.

 Família Municipalista

Nova diretoria da CNM



Entrevista

A luta não acaba nunca, afirma novo presidente da Confederação

“A nossa luta é por aquilo que a gente tem direito. Direito constitucional. Direito estabelecido pela legislação, votado pelo Congresso Nacional. E é atrás disso que nós vamos”. A afirmação foi feita pelo novo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, em entrevista durante a *XXI Marcha a Brasília*. Emocionado, Aroldi relembrou um pouco da sua trajetória no movimento municipalista, que se iniciou quando foi eleito vereador em 1988, e apontou os principais desafios para a nova gestão.

Veja os principais trechos da entrevista e assista à versão na íntegra no canal da CNM no Youtube.

A posse da nova diretoria foi marcada por muita emoção. O senhor poderia falar sobre a importância desse momento para o senhor e o movimento municipalista?

Glademir Aroldi – A posse, por si só, traz muita emoção, até porque o presidente Paulo presidiu a nossa Confederação Nacional de Municípios por 21 anos. E as pessoas implorando para que ele continuasse. Então, é um momento em que a emoção toma conta. O carinho e o respeito por tudo o que ele construiu fazem com que ele e a família dele acabem trazendo no ato uma emoção natural. E, para mim também, no sentido de estar assumindo uma Confederação do porte que ela está hoje, talvez a maior Confederação Nacional de Municípios do mundo. Para mim, que venho de um Município pequeno, como o presidente Paulo também, onde se iniciou a minha vida pública, em 1988, na primeira eleição do meu Município, eleito vereador, o mais votado, isso me emociona. Ali foi o início de tudo. Como vereador, eu pude começar a ter conhecimento do movimento municipalista. Foi a primeira paixão, o primeiro momento que começou a me mostrar que as coisas poderiam mudar no país através do fortalecimento dos Municípios.

O senhor falou um pouco dessa trajetória que já dura quase 30 anos. Quais foram os principais desafios e dificuldades diante dessa trajetória tão longa?

Glademir Aroldi – A luta não acaba nunca. Nós vamos ter problemas sempre. Quanto mais nós avançarmos, outras necessidades surgem.



Mas tem situações que a gente precisa enfrentar. Eu enfrentei no Rio Grande do Sul, quando fui presidente da Famurs, e o meu partido participava do governo à época, a questão do transporte escolar. Do valor que os Municípios tinham que colocar para transportar os alunos da rede estadual, o governo compensava mais ou menos 20%. E nós elevamos isso em uma paralisação que fizemos.

A questão da reforma do pacto federativo foi um destaque no discurso do senhor. Qual o caminho para os Municípios alcançarem essa tão sonhada autonomia?

Glademir Aroldi – Na verdade, é a regulamentação do pacto federativo. Isso é uma luta do movimento. O pacto federativo está expresso na Constituição de 1988, em seu art. 23, parágrafo único, e não foi regulamentado ainda. Então, quando a gente fala de um novo pacto federativo, a reforma do pacto federativo, não é disso que nós estamos atrás. Estamos atrás da regulamentação do pacto federativo. Ele não existe no país. A Constituição de 1988 mais ou menos definiu a participação dos Municípios no bolo tributário, ao redor de 13%, na época, e as suas responsabilidades e atribuições. De lá para cá, todos os presidentes que passaram aumentaram as responsabilidades dos Municípios, transferiram responsabilidades que antes eram da União e dos Estados para os Municípios, e não transferiram na mesma proporção os recursos necessários para que os gestores pú-

blicos municipais pudessem fazer frente a esses compromissos.

Nessa edição, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer as principais propostas dos pré-candidatos à presidência. Quais são as expectativas em relação a essa nova gestão que se inicia no próximo ano?

Glademir Aroldi – A expectativa é que o homem ou a mulher que vierem a ser o escolhido para presidir o nosso país possa ter um olhar diferenciado para a base. Fortalecendo essa base, a gente vai amenizar boa parte dos nossos problemas. Quem conhece as dificuldades da população? É quem está lá na ponta, no dia a dia. A população não tem acesso ao governador, ao presidente da República, aos ministros da Saúde, da Educação. Ele tem acesso ao secretário municipal daquela pasta ou ao prefeito, ao vereador. E esses conhecem a realidade de cada bairro, de cada distrito desse país. Como eles estão lá na ponta, eles têm essa possibilidade. Não seria mais fácil a União e os Estados trabalharem com um recurso, uma participação, do Ente federado chamado Município maior no bolo tributário? Claro que sim. A solução dos problemas teria com certeza uma maior agilidade. E nós temos que acreditar. Eu acredito no Brasil.

Essa edição da Marcha trouxe alguns avanços importantes. O senhor poderia falar um pouco da importância desses resultados para os Municípios?

Glademir Aroldi – Teve o decreto do presidente da República assinado aqui na *Marcha*, mas tiveram também alguns compromissos que ele assumiu com a gente. Entre esses o de criar por decreto o comitê que vai tratar do Encontro de Contas da dívida que os Municípios têm com a Previdência. Outro assunto que a gente tratou e que precisa ser trabalhado melhor com o governo é uma linha de financiamento para o pagamento dos precatórios. São várias situações que agora, pós-*Marcha*, nós precisamos continuar conversando. Prefeito nenhum vem aqui de “pires na mão”. A nossa luta é por aquilo a que a gente tem direito. Direito constitucional. Direito estabelecido pela legislação, votado pelo Congresso Nacional.

Institucional

Abertura relembra conquistas e reforça atuação da mulher na política

Menção a diversas conquistas obtidas ao longo dos anos, inclusive de maior participação feminina na política municipalista, marcou a cerimônia de abertura da XXI *Marcha*. Assim como o número de autoridades locais presentes, a lista de avanços é grande. Tanto um quanto o outro foram lembrados pelo então presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

As fundadoras do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), Tânia Ziulkoski e Dalva Christofoletti, foram as primeiras a serem chamadas ao palco. Em homenagem aos 90 anos da participação feminina na política municipalista, o hino nacional foi entoado por uma mulher, enquanto imagens de representantes públicas e colaboradoras da Confederação passavam no telão do palco principal do evento.

Ao abrir a Plenária, Ziulkoski reforçou que prefeitos não vêm mais a Brasília de “pires na mão”. A afirmação foi muito aplaudida pelos gestores. “É importante quando os prefeitos vêm a Brasília, e outros me perguntam: ‘vêm de pires na mão?’ Não, não vêm mais de “pires na mão”, não. Os prefeitos e os vereadores têm dignidade, são autoridades e estão aqui para aperfeiçoar o pacto federativo”, destacou.

Conforme cálculos da CNM, apresentados por Ziulkoski, as conquistas obtidas ao longo desses 21 anos somam mais de R\$ 652 bilhões. E mencionou ainda a presença do Congresso Nacional, o que para ele também representa uma grande mudança nas relações interfede-



rativas, e, ao invés de os prefeitos irem atrás dos deputados, os parlamentares participam da *Marcha*. “**Hoje, o Congresso vem para cá, e isso representa o respeito que conquistamos**”, resumiu.

➤ História

Ele lembrou da primeira *Marcha*, realizada em 1998: “na oportunidade, levantamos a bandeira na primeira *Marcha* para que fosse reintegrado o Imposto de Renda dos servidores da União na base do FPM [Fundo de Participação dos Municípios], que tirava 10% do nosso FPM”. Ziulkoski acredita que, se os municipalistas não tivessem se mobilizado, o fundo constitucional estaria tendo essa perda até hoje, o que representa impacto de R\$ 96 bilhões.

Além dessa “primeira grande luta do movimento”, Ziulkoski também mencionou outras conquistas obtidas com os governos anteriores, que evitaram grandes perdas no FPM, permitiram a cobrança da taxa de iluminação pública e garantiram o repasse de recursos fundo a fundo. “Tudo isso foi aprimorando esse pacto, definindo competências e o recurso para execução”, relatou, ao lembrar também dos dois reajustes de 1% no FPM, de julho e dezembro.

Ziulkoski enalteceu as últimas vitórias garantidas durante o governo do presidente da República, Michel Temer. Para ele, os gestores municipais nunca tiveram tanto acesso ao governo e aos ministros como nesse governo. “Os outros trabalharam muito, mas no seu governo há esse diálogo”, elogiou o presidente da CNM.

Institucional

Conselho Político fortalece pauta municipalista

“Todos os anos, a *Marcha a Brasília* é aberta com o Conselho Político na segunda-feira”, destacou o então presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, ao dar início à reunião no dia 21 de maio. O encontro ocorreu na sede da entidade, em Brasília, e teve por objetivo debater os principais pontos do evento, que chega à 21 edição consolidado como um dos maiores eventos municipalistas do mundo.

Entre os destaques da reunião, foram mencionadas as proposições que tratam do aumento

do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 1% no mês de setembro, da atualização dos programas federais e dos precatórios. As pautas junto ao Poder Executivo, com 13 itens prioritários, foram também debatidas. No Judiciário, a campanha realizada pela Confederação para a votação imediata da ação referente aos recursos dos *royalties* do petróleo foi o destaque.

Os líderes presentes destacaram a importância da participação dos gestores municipais à *Marcha*. “É neste momento que definimos os



rumos que o movimento municipalista deve assumir. E isso é fundamental, pois debatemos junto a gestores dos mais de cinco mil Municípios filiados as nossas prioridades”, apontou.

Executivo Federal

Temer reforça compromisso com Municípios

“Meu maior compromisso é com os Municípios”. A afirmação foi feita pelo presidente da República, Michel Temer, na abertura da XXI *Marcha*, no dia 22 de maio. O então presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, foi quem coordenou as atividades. Temer abriu seu discurso agradecendo ao líder municipalista.

E assinou o Decreto 9.380/2018, que prevê a utilização de Unidades de Pronto Atendimento e Unidades Básicas de Saúde para outras finalidades de saúde, sem ter de devolver os recursos recebidos. Temer destacou que o Encontro de Contas será prioridade. “Vamos formar um comitê integrado pela Casa Civil, pela Receita Fe-



dederal e por outros órgãos envolvidos para dar uma rápida solução para este problema”, frisou.

O presidente da República firmou ainda o compromisso de que nos sete meses de gestão deve avançar em pautas como a votação da Nova Lei das Licitações. Em sua fala, reconheceu o sucesso da *Marcha* e aproveitou para destacar algumas atividades executadas por ele em seu mandato e que refletiram nas receitas municipais.

Representando o Executivo, estiveram presentes na solenidade o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha; os ministros da Educação, Rossieli Soares; interino do Meio Ambiente, Edson Duarte; do Turismo, Vinicius Lummertz; e das Cidades, Alexandre Baldy.

Legislativo Federal

Senado e Câmara se comprometem com projetos prioritários

O debate com Legislativo na *Marcha* foi mais um momento em que o movimento pôde solicitar o compromisso com os Municípios. O então presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, destacou a evolução nos debates junto ao Congresso. “Em um primeiro momento, nós tivemos dificuldade de nos relacionarmos com o Congresso, há 20 anos. Hoje, para minha alegria, conseguimos transformar o que era um momento de atrito em um momento de diálogo”, disse Ziulkoski.

Os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), bem como outros parlamentares, participaram da Plenária e receberam em mãos o livro com a Pauta Prioritária que os Municípios esperam avanço no Congresso ainda em 2018.

➤ Senado

Ziulkoski reforçou ao presidente Eunício que, no Senado, o movimento municipalista aguarda celeridade nas tramitações de três pautas, em especial o projeto que possibilita os consórcios públicos a contratarem operações de crédito; a Lei Kandir, que atualiza a compensação financeira aos Municípios; e a proposta que atualiza valores dos programas federais.

O presidente do Senado explicou que as pautas irão avançar, respeitadas as normas da intervenção federal no Rio de Janeiro, que res-

tringe a votação de PECs. Ao final do discurso na tribuna, Eunício afirmou: “reitero o compromisso com a pauta definida pela CNM e meu empenho em trabalhar no que me cabe fazer. Incluirei as proposições que estiverem prontas”.

➤ Câmara

Em seu discurso, Maia lembrou a importância de se discutir o pacto federativo: “eu acredito que a grande reforma que o Brasil precisa, nos próximos quatro anos, é a rediscussão do pacto”. E detalhou as matérias. “Agora mesmo, nós estamos na discussão do projeto do Imposto Sobre Serviços (ISS), junto ao deputado Luiz

Lauro, para que possa votar o mais rápido possível. Estamos com o João Arruda organizando o final do relatório da Lei de Licitações, que é muito importante para criar uma nova regra da lei de licitações”, disse.

Maia destacou também que a Câmara entende que consórcios podem ser a resolução de problemas de muitos Municípios. “Eu tenho certeza que o caminho dos consórcios é um caminho efetivo, é um caminho que dá resultados e que melhora a gestão pública. Por isso, tudo que tiver voltado para a melhoria e a modernização das leis sobre consórcios será, no meu ponto de vista, uma prioridade”, afirmou.

PARLAMENTARES PRESENTES NA PLENÁRIA

Senadores: Ronaldo Caiado (DEM-GO); Raimundo Lira (PSD-PB); Eduardo Lopes (PRB-RJ); Wilder Moraes (DEM-GO); Garibaldi (MDB-RN); Wellington Fagundes (PR-MT); Paulo Bauer (PSDB-SC); Ana Amélia (PP-RS); e Aírton Sandoval (MDB-SP). **Deputados:** Afonso Motta (PDT-RS); Daniel Vilela (MDB-GO); Herculano Passos (MDB-SP); Luiz Lauro Filho (PSB-SP); João Arruda (MDB-PR); Hildo Rocha (MDB/MA); Pedro Uczai (PT-SC); Professora Dorinha (DEM-TO); Fábio Garcia (DEM-MT); Jucelino Filho (DEM-MA); Eduardo Cury (PSDB-SP); Valdir Collato (PMDB-SC); Antonio Brito (PSD-BA); Daniel Vilela (MDB-GO); Francisco Chapadinha (Pode-PA); Flávia Moraes (PDT-GO); Alceu Moreira (MDB-RS); Paulo Azi (DEM-BA); José Rocha (PR-BA); José Nunes (PSD-BA); Manoel Júnior (MDB-PB); Sérgio Brito (PSD-BA); Darcisio Perondi (MDB-RS); Atila Lira (PSB-PI); Júlio César (PSD-PI); Rodrigo Martins (PSB-PI); Mauro Pereira (MDB-RS); Fernando Coutinho (PROS/PE); e Baleia Rossi (MDB-SP).


 Resultados

Marcha traz conquistas im

Planos de desenvolvimento urbano e de mobilidade

A mobilização dos gestores em torno dos projetos prioritários ao movimento municipalista e a participação de deputados e senadores na *Marcha* trouxe avanço na tramitação de algumas propostas. Entre elas, a Medida Provisória (MP) 818/2018, aprovada nos plenários da Câmara e do Senado em um intervalo de uma semana.

A proposição, que aguarda sanção do presidente Michel Temer, amplia para 31 de dezembro de 2021 e abril de 2019 o prazo para as administrações locais elaborarem o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) e o de mobilidade urbana (PMUs), respectivamente.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), haviam firmado compromisso de pautar a MP nos dias seguintes ao evento. Importante pleito para os Entes municipais, a extensão da data-limite veio acompanhada de outras mudanças favoráveis na Lei 13.089/2015, do Esta-

tuto da Metrôpole, e a Lei 12.587/2012, da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

A CNM contribuiu com o relator deputado federal Fausto Pinato (PP/SP) em emendas que garantiram maior viabilidade aos gestores municipais e estaduais, juntamente à sociedade civil, de elaborarem o PDUI em tempo hábil e com diálogo. Vale lembrar que o PDUI deverá ser aprovado na Assembleia Legislativa do Estado.

► Alterações

- Regiões metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes poderão constituir uma autoridade metropolitana de transportes sob a forma de consórcio.
- Retirada da responsabilização por improbidade administrativa dos governadores e dos prefeitos que deixarem de aprovar o PDUI.
- Criação de governanças participativas dos governos estaduais e municipais para discutir

de forma cooperada a elaboração do PDUI e das funções públicas de interesse comum. Serão objeto de instâncias de governança, por exemplo, transporte público, saneamento, segurança, habitação, zoneamento do solo e coleta de lixo.

- Revogado artigo da lei atual que prevê a existência do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) para reunir informações como dados estatísticos, cartográficos, ambientais e geológicos e outros. O relator sujeitou ainda a criação de um sistema nacional de informações urbanas e metropolitanas à disponibilidade orçamentária da União.

- Manutenção da previsão de realização de audiências públicas em todos os Municípios envolvidos para elaboração dos planos.

- Mantida penalidade de não recebimento de recursos federais até que o Município atenda à exigência legal do plano de mobilidade urbana após um acordo entre os partidos que rejeitou emenda do relator.

UPAs e UBS

No Brasil, existem cerca de 1.127 estruturas de saúde construídas, que nunca foram usadas, de acordo com o Ministério da Saúde. Porém, o Decreto 9.380/2018 – assinado e publicado durante a *XXI Marcha* – deve mudar essa realidade. Uma vitória para os Municípios que têm Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS) sem utilização e que agora poderão usá-las para outras finalidades de saúde, sem terem de devolver os recursos recebidos.

Essa mudança na legislação é uma antiga luta municipalista e uma reivindicação da Confederação Nacional de Municípios (CNM), apresentada ao Ministério da Saúde (MS) e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Das 1.127 estruturas sem utilização, 979 são UBS e 148 são UPAs. Apesar de a dívida dos Municípios pelo não uso das construções variar de acordo com o tamanho da unidade,

o ministério estima que a devolução das prefeituras seria entre R\$ 2,2 milhões e R\$ 4 milhões por UPA. Já por UBS, o reembolso seria entre R\$ 772 mil e R\$ 1 milhão.

De acordo com dados da Confederação de 2015, o governo federal repassa para a manutenção de uma UPA uma importância de R\$ 100 mil; o Estado entra com outros R\$ 100 mil. Entretanto, o Município custeia os R\$ 250 mil restantes, ou seja, sozinho, o Município arca com mais da metade do custo de uma UPA tipo I. Tal proporção se mantém com as UPAs dos portes II e III.

A CNM destaca a importância do decreto e o tamanho da conquista que ele representa. Segundo dados do governo, a decisão de Temer polpa os Municípios de repassarem mais de R\$ 750 milhões referentes a UBS e entre R\$ 325



milhões e R\$ 592 milhões de UPAs. No geral, todas as reivindicações apresentadas pela CNM foram atendidas pelo governo, nessa questão, exceto o parcelamento das dívidas.

Esses parcelamentos são referentes a obras não concluídas. No entanto, o governo se comprometeu a encontrar soluções também para essa questão, com segurança jurídica e administrativa.

portantes aos Entes locais

Nova Lei de Licitações

Mais transparência e planejamento, menos burocracia. As novas regras para os contratos da administração pública, estabelecidas nos Projetos de Lei (PLs) 1.292/1995, 6.814/2017 e outras 230 matérias apensadas, foram definidas pelo relator da chamada Nova Lei de Licitações com o objetivo de tornar o processo transparente, planejado e eficiente.

Não foi por um acaso que o deputado federal João Arruda (MDB-PR) entregou o parecer na reunião da Comissão Mista Especial na quarta-feira, 23 de maio, logo após a participação dos parlamentares na *XXI Marcha*. Importante pleito municipalista, a relatoria se baseou em contribuições da CNM. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), garantiu pautar a proposta no Plenário ainda neste ano, assim que a Comissão, presidida por Augusto Coutinho (SD-PE), apreciar o substitutivo.

“Os aprimoramentos vão ao encontro do profissionalismo, da qualificação e da governança. Temos que colocar em Plenário o quanto antes por se tratar de um ano eleitoral. Contamos com a força da Confederação”, convocou Arruda.

Confira o que muda com a nova proposta

1. Valores e planejamento	2. Portal
<ul style="list-style-type: none">Os valores para dispensa de licitação sobem:<ul style="list-style-type: none">- de R\$ 8 mil para R\$ 50 mil no caso de compras ou serviços;- de R\$ 15 mil para R\$ 100 mil em obras de engenharia.União, Estados e Municípios devem elaborar plano de contratações anual para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.	<ul style="list-style-type: none">O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pelo Executivo federal e adotado por todos os Entes, reunirá: os planos anuais de contratações de todos os órgãos; editais e documentos para as contratações; e um registro cadastral dos inscritos em licitações atualizado anualmente.
3. Responsáveis	4. Modalidades
<ul style="list-style-type: none">Um servidor ou empregado público do quadro permanente do órgão será capacitado pelos tribunais de contas para a função de agente de licitação, responsável por conduzir o processo licitatório e acompanhar a execução contratual.	<ul style="list-style-type: none">Está excluída a modalidade convite e incorporada a de diálogo competitivo, para contratos mais complexos.Permanecem no texto concorrência, concurso, leilão, pregão e tomada de preços.Incluso critério de maior retorno econômico.Para pregão, poderá ser considerado o maior desconto, como ocorre no Regime Diferenciado de Contratações.O RDC e a tomada de preços deixam de existir.

Imposto sobre Serviços

A tão sonhada redistribuição dos recursos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) avança. O requerimento de urgência para o substitutivo ao Projeto de Lei Complementar (PLP) 461/2017, referente ao ISS, foi aprovado pelos deputados em Plenário com unanimidade. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, acompanhou a votação no Plenário da Câmara.

Ao atenderem a demanda do movimento para a matéria tramitar com prioridade na Casa, os parlamentares cumpriram acordo feito durante o painel “Pauta Prioritária no Congresso”, promovido na *XXI Marcha*. Além da defesa do relator da proposta, deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP), o presidente da Câmara,

Rodrigo Maia (DEM-RJ), prometeu pautar o requerimento. Elaborado pela Confederação e pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o substitutivo prevê a redistribuição do tributo de forma mais justa entre os Entes municipais.

O texto define quem são os tomadores dos serviços, atendendo a questionamentos dos contribuintes junto ao Supremo Tribunal Federal (STF); também possibilita o recolhimento do ISS de maneira simples para os contribuintes e escalonável para os Municípios; promove facilidades aos Entes municipais que, de forma eletrônica, terão acesso às informações cadastrais dos contribuintes, de obrigações acessórias, e



de pagamento; e, por fim, promove facilidades ao contribuinte como: obrigações acessórias padronizadas e data única de pagamento.

Equidade de gênero

Mulheres são convocadas a participarem mais da política

“Nós não tínhamos nenhuma representação feminina dentro da CNM, e tínhamos poucasíssimas prefeitas”. A fala de uma das fundadoras do Movimento Mulheres Municipalistas, Tânia Ziulkoski, retrata bem o tamanho da conquista do MMM neste primeiro ano de fundação.

Entre as conquistas está o fortalecimento do Movimento, que hoje conta com representantes de 25 Estados, indicadas pelas presidências das entidades estaduais. Foram dois dias de homenagens ao MMM durante a *XXI Marcha*. Os plenários lotados mostraram a força que o MMM agregou durante esse primeiro ano. “Temos muito chão para andar, mas aonde chegamos nesse um ano de trabalho, realmente, é uma coisa que nos gratifica muito”, disse Tânia Ziulkoski.

As plenárias não contavam apenas com as presenças femininas. No meio delas, muitos homens vieram conferir de perto o trabalho desenvolvido pelo MMM, o que foi ressaltado pela também fundadora do MMM Dalva Christofolletti. “Quando nós fundamos a Confederação, em 1980, eu era a única mulher no meio de, mais ou menos, 200 homens. Quando nós nos reunimos no Senado Federal, não tinha sanitário para mulher, mas eu falei: a gente vai

chegar lá”, lembrou.

O fortalecimento do MMM vem de um trabalho conjunto, realizado pelas mulheres espalhadas pelo Brasil. Como troca de experiências e buscando alcançar o maior número de mulheres, o Movimento conta com um grupo de trabalho. Representando este grupo, a prefeita de Monteiro Lobato (SP), Daniela Brito, citou uma frase da ex-presidente da República do Chile, Michele Bachelet: “quando uma mulher entra na política, muda a mulher. Quando muitas entram, conseguimos mudar a política”, finalizou.

O presente veio para coroar as comemorações deste primeiro ano de trabalho. O Movimento Mulheres Municipalistas passa a integrar o estatuto da CNM com direito a voz e voto nas definições políticas. “Vale a pena lutar e tudo é construção. Às vezes a gente começa a colocar um tijolinho, põe outro e ele cai. Coloca de novo e coloca de novo porque não foi fácil chegar até aqui e ter tanto espaço para discutir gênero. Foi aos poucos”, ressaltou Dalva Christofolletti.

A representante da Câmara dos Deputados e coordenadora-geral da secretaria da mulher, deputada Soraya Santos (PR/RJ), participou das



Fot. Ag. CNM

homenagens e ressaltou que a participação da mulher deve se somar ao olhar dos homens. “Meu pedido a vocês que já estão fazendo a diferença: faça do mandato de vocês um olhar agregador junto aos homens que governam o Município com vocês”, completa.

Já a representante da Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh), Schuma Schumacher, reforçou: “nós nos juntamos para buscar solução comum, transformação da sociedade, onde esteja em foco o bem-estar de todos”, apontou. As homenagens contaram, ainda, com a presença e a participação da primeira-dama do Distrito Federal, Márcia Rollemberg, além da representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Maristela Baioni.



Fot. Ag. CNM

VI Presidenciáveis

Compromissos firmados com presidenciáveis

Em ano decisivo para o futuro do país, a *Marcha* recebeu os pré-candidatos à presidência para que eles pudessem apresentar as propostas de governo e firmar compromissos com os gestores e, conseqüentemente, com a população brasileira. Eles tiveram um tempo inicial e final para explanação livre e cinco minutos para cada uma das cinco perguntas. Ao final, todos assinaram a carta, comprometendo-se com 10 pontos fundamentais. O documento será entregue em janeiro ao futuro presidente da República.

As respostas completas e o vídeo da participação na íntegra você confere no *site* da CNM.



Alvaro Dias (Podemos)

“Simultaneamente à reforma federativa, teremos a reforma tributária para recolocar os recursos nos cofres municipais. Na medida em que instituímos o Imposto do Valor Agregado (IVA), vamos eliminar essa distribuição incorreta dos recursos. É evidente que a reorganização do sistema federativo passa pela redistribuição dos recursos de forma equitativa.”



Ciro Gomes (PDT)

“O SUS precisa de uma revisão. Os Municípios do interior não têm a menor influência na formação dos profissionais e são obrigados a financiar uma equipe tabelada como se a nação fosse toda igual. As políticas de distribuição de remédios são ineficientes e as especializações profissionais e os exames precisam de valores atualizados e inovações institucionais.”



Marina Silva (Rede)

“Podemos transformar o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) em Centros de Políticas Sociais, que sejam mais abrangentes, onde se tenha um conjunto de prestação de serviços e se possa transitar na transferência direta de renda.”



Jair Bolsonaro (PSL)

“Extinguir o Ministério das Cidades para o dinheiro ir direto ao Município. Desregulamentar, desburocratizar e dividir as responsabilidades com os senhores e mandar direito. Diminuir o tamanho do Estado, que, mais enxuto, fica menos vulnerável à corrupção.”



Afif Domingos (PSD)

“A parte do esgoto e do saneamento juntamente com lixo tem que ser resolvida com PPPs [Parcerias Público-Privadas] e um fundo garantidor nacional para que a União dê a garantia do projeto de saneamento ou de lixo do Município ou da região. Pega todos os imóveis da União e coloca nesse fundo para ser garantidor da vida nos Municípios.”



Geraldo Alckmin (PSDB)

“O que temos de fazer? O Brasil crescer e a gente controlar a questão dos gastos. O governo tem 146 empresas estatais, não há necessidade. Vamos reduzir gastos no que não é essencial e priorizar o que interessa para a população: educação, saúde e segurança. Recurso na ponta, na mão dos Municípios, e trazer investimento para a área de infraestrutura.”



Henrique Meirelles (MDB)

“Temos que discutir funções e responsabilidades do governo federal, do Estado e do Município e as parcelas de arrecadação dos tributos direcionados a cada Ente federativo. Primeiro fazemos uma política econômica para elevar a arrecadação, com foco nas reformas [como previdenciária], para depois aumentar a fatia no total de arrecadação mediante revisão do chamado pacto.”



Leitura da carta de Luiz Inácio Lula da Silva (PT)

“Independente de quem seja eleito, independente de quem seja eleito, precisamos rever o teto de gastos e a estrutura tributária do Brasil. Porque podem ver que os países ricos, com serviços públicos de qualidade, têm carga tributária em geral maior que a nossa. E lá a renda média é maior, ou seja, os gastos públicos são muito maiores.”

Ausentes

A deputada estadual e pré-candidata pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), **Manuela d'Ávila**, e o representante do Psol, **Guilherme Boulos**, foram convidados, mas não compareceram ao evento.

 **Consolidação**

Após 21 anos de gestão, Ziulkoski deixa presidência da CNM

Com muitas homenagens que reafirmaram as lutas e as conquistas do movimento municipalista, Paulo Ziulkoski passou a presidência da Confederação Nacional de Municípios (CNM) ao seu vice-presidente, Glademir Aroldi. Acompanhados de suas esposas, o atual e o agora ex-presidente da entidade reforçaram a importância do movimento municipalista e o legado histórico registrado ao longo dos últimos 21 anos.

Ziulkoski focou seu último discurso à frente da entidade nos grandes desafios que estão por vir. Não obstante, reconheceu a importância de sua companheira, Tânia Ziulkoski; dividiu com ela os reconhecimentos recebidos e se referia a ela como a segunda municipalista. Considerando que ele é o primeiro. “Foi ela quem esteve ao meu lado todos os dias”, disse.

Também fez referência à atuação municipalista de Dalva Christofolletti, que esteve junto no movimento desde sua fundação. Lembrou momentos marcantes e decisivos e reforçou a receita usada em sua gestão, que fez o movimento crescer e se tornar respeitável e forte. “independência financeira e partidária”. Ziulkoski foi incisivo: “se um dia, tomara que isso não aconteça, essa entidade for tomada ou cooptada pelo governo, ela termina”.

Ao se dispor a continuar ajudando o movimento, quando necessário, o líder falou de seu anseio em ver o movimento municipalista indo sempre mais adiante. “Esse país precisa mudar muito. Precisamos fazer uma reforma política”, mencionou ao falar de seu desejo de trabalhar nessa causa, que leva qualidade de vida à população brasileira. “Enquanto tiver força vou continuar nessa luta e nessa linha”, disse.

“Hoje, o prefeito e o vereador vêm a Brasília e são respeitados”, ressaltou. “Nós queremos e vamos mudar esse país”, disse ele, ao enfatizar que isso vai acontecer através do Município. E finalizou com seu discurso que viralizou: “é lá, no Município, onde o cidadão nasce, vive e morre. Lá, no Município, onde se produz o PIB [Produto Interno Bruto] brasileiro, onde se pagam os impostos”.

Ao término da cerimônia de posse da diretoria CNM 2018-2021, Ziulkoski entregou a Aroldi dois objetos históricos e bastante simbólicos: o papel com a primeira lista das entidades regionais municipalistas, recebida por ele quando assumiu a entidade; e o telefone celular usado durante toda a sua presidência.

Integrantes da CNM de diversas diretorias, presidentes das entidades estaduais e regionais municipalistas, parlamentares e familiares

também marcaram presença na solenidade. Por ordem cronológica, integrantes das diretorias passadas prestaram suas homenagens e relembrou momentos marcantes da trajetória do municipalismo liderado pela pessoa de Ziulkoski.



Ag. CNM

► Presidente de honra

Ao fazer o uso da palavra, o também ex-integrante da diretoria da CNM, João de Deus, desejou que o exemplo de gestão de Ziulkoski “fosse seguido por todos os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores em cada uma das cidades brasileiras. E que não se esqueçam da história do municipalismo”. De forma inesperada, ele propôs que se fosse criado um cargo de presidente de honra para Ziulkoski na CNM.



Ag. CNM

Institucional

Aroldi assume desafio de regulamentar pacto federativo

Eleito para o mandato 2018-2021, o ex-prefeito de Saldanha Marinho Glademir Aroldi assumiu no dia 23 de maio, em Brasília, o comando da CNM. No discurso de posse durante a XXI *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, Aroldi destacou o papel de Ziulkoski na organização da entidade e na defesa de uma pauta municipalista, assumindo o compromisso de dar continuidade ao perfil de atuação do presidente que deixa a função.

Para um público que lotava as dependências do CICB, Aroldi afirmou que prosseguirá a luta da CNM em defesa dos Municípios. “A CNM que assumimos, junto com os companheiros municipalistas, com a responsabilidade de orientar a caminhada a partir de agora, é uma referência nacional para diversos segmentos, uma entidade que transformou em conquistas dezenas de bandeiras do movimento municipalista”, disse Aroldi.

Além dos resultados obtidos, Aroldi também apontou o respeito conquistado pela CNM perante os poderes Executivo e Legislativo, tanto em função da legitimidade dos seus pleitos quanto em decorrência da postura e das orientações estratégicas seguidas. Parte da fala do novo presidente foi usada para salientar o perfil de Ziulkoski. “**A consolidação do movimento municipalista brasileiro como instrumento de defesa da população, e que em todos os momentos busca a melhoria da qualidade da vida das pessoas através da qualificação dos governos locais, passou indiscutivelmente pela atuação destemida e preparada da nossa maior liderança, o presidente Paulo Ziulkoski**”, disse.

Ao comentar suas propostas de gestão, Aroldi salientou a necessidade de aprimorar o pacto

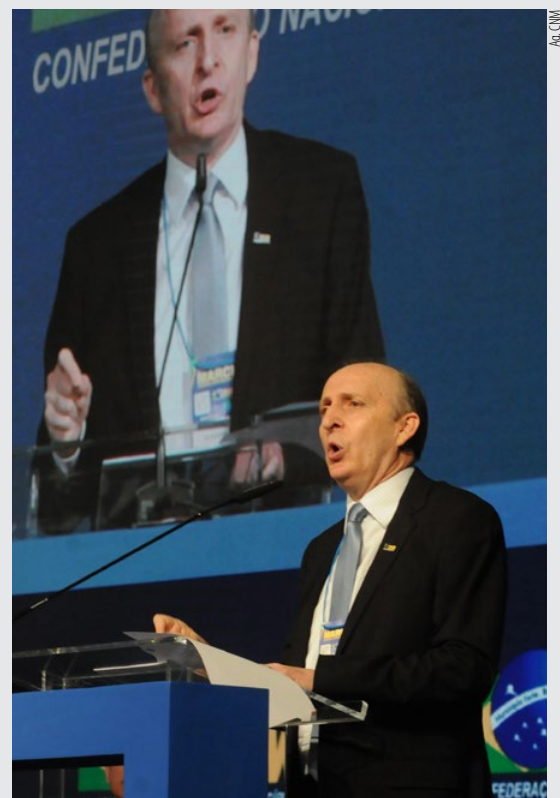
federativo, com justiça e equilíbrio, aproveitando a oportunidade política aberta pela eleição de 2018. Ele convocou os integrantes do movimento a cobrarem apoio dos candidatos, nos seus redutos eleitorais, à aprovação da pauta dos Municípios, pressionando para que alguns pontos sejam votados ou decididos ainda este ano.

Aroldi foi eleito em março de 2018. No discurso de posse, também lembrou a sua trajetória e a vivência pessoal na realidade municipalista, com as eleições para vereador e prefeito da cidade de Saldanha Marinho. Nos anos de 2006 e 2007, Aroldi esteve no comando da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs). Naquela época, ele conduziu uma mobilização para pressionar o governo por mais recursos para o transporte escolar. Durante o período que vai de 2018 até 2021, ele irá conduzir as ações do movimento municipalista juntamente com líderes eleitos. O 1º vice-presidente é Julvan Lacerda; o 2º vice-presidente é Eures Pereira; o 3º vice-presidente, Jairo Mariano; e o 4º vice-presidente, Haroldo Naves.

Assumem também os cargos de 1º secretário, Hudson Brito, e 2º secretário, Eduardo Tabosa. Para 1º tesoureiro, Jair Souto, e como 2º tesoureiro, João Gonçalves Junior. O conselho fiscal da entidade será composto por Jonas Moura de Araújo, Expedito Nascimento e Christiano Cavalcante, como titulares. Como suplentes estarão: Pedro Henrique



Machado, Marilete Vitorino e Cleomar Cunha. A diretoria da Confederação abriga ainda um conselho de representantes regionais. O titular da região Norte será Francisco Aguiar da Silva e o suplente Wagne Machado. O titular da região Sul será Marcel Henrique Micheletto, com suplência para Alcides Mantovani. Já a região Sudeste terá como titular Daniela de Cássia Brito, cujo suplente será Luciano Salgado. Para a região Nordeste, Rosiana Beltrão Siqueira será a titular e o seu suplente, Roberto Bandeira. Por fim, na região Centro-Oeste, Rafael Machado será o representante regional, juntamente com Pedro Arlei Caravina.



Estudos Técnicos

Estudos sobre panorama municipal são divulgados

Dez novos estudos sobre questões municipais foram produzidos e divulgados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em maio. Eles estão disponíveis para acesso na Biblioteca virtual, no site da entidade. No geral, os dados apresentam um panorama das finanças municipais; uma radiografia do investimento público e das administrações locais; uma análise do comportamento das Transferências Constitucionais e dos investimentos públicos; e um panorama das prefeituras com apontamento no Sistema de Convênios (Siconv).

Também estão na lista de estudos publicados duas análises que tratam de aspectos distintos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Uma delas mostra que 2.297 prefeituras tiveram retenção, em 2017, entre 70% e 100%, em razão de dívidas previdenciárias. A outra mostra o comportamento do Fundo constitucional nos quatro primeiros meses do ano e indica crescimento de 1,14%, em comparação com o primeiro quadrimestre de 2017. A previsão é de que o FPM continue positivo este mês de junho.

Outra pesquisa promovida pela CNM, que ganha destaque na série de publicações, é a atualização do panorama da gestão municipal. Nesse universo, o estudo Comportamento das Finanças Municipais fez uma análise dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) com comparativo da evolução das receitas e das despesas. A análise indica: os Municípios que mais apresentaram déficit fiscal em 2017 foram os de pequeno porte, e mais de 88% deles apresentaram o quadro deficitário.

Para apresentar o cenário nacional, o estudo “Carga Tributária Bruta de 2017 e a Receita Disponível dos Entes Federados” aponta que as prefeituras compartilharam 22,42% do total de R\$ 2.140 trilhões arrecadados de impostos e contribuições, em 2017. Sobre o comportamento das Emendas Parlamentares de 2017, em comparação com 2016, o estudo mostra que, dos R\$ 5,7 bilhões de emendas individuais empenhadas, apenas R\$ 1,2 bilhão foi efetivamente pago.



Ag. CNM



Ag. CNM

Arenas temáticas

Arenas debatem desafios da gestão

A edição da *Marcha* deste ano foi mais uma vez a oportunidade de os gestores esclarecerem dúvidas e sugerirem alternativas que possam direcionar os Municípios em áreas essenciais para a administração municipal. As 10 arenas temáticas do evento trouxeram assuntos variados do cotidiano da gestão e reuniram participantes que buscaram atualizações, discutiram dificuldades e deram contribuições para o fortalecimento do movimento municipalista.

Os participantes puderam detalhar os entraves e possíveis soluções para a gestão municipal nas arenas de Desenvolvimento Econômico, Saúde, Assistência Social, Jurídico, Saneamento, Meio Ambiente e Defesa Civil; Educação, Administração e Finanças. Nesses painéis, os técnicos da

Confederação e especialistas em cada tema pontuaram temas relevantes às administrações locais.

A Confederação também incluiu nos debates a importância de firmar parcerias por meio de consórcios públicos municipais como forma de amenizar os efeitos da crise e abordou aspectos que merecem atenção sobre a Nova Lei de Licitações e a revisão da Lei de Improbidade. Ao final de cada arena temática, gestores e demais agentes municipais apresentaram propostas que fizeram parte da carta “Compromisso com o Brasil”. O documento foi entregue aos principais candidatos à Presidência da República e ao atual chefe do Executivo do país.



Ag. CNM



Ag. CNM

Vereadores

Plenária reforça importância do legislativo municipal

A importância dos vereadores, inclusive para o movimento municipalista, ganhou destaque no maior evento municipalista nacional. O recém-empossado presidente da Confederação, Glademir Aroldi, iniciou a Plenária. “Nossa entidade é uma entidade de Municípios; portanto, precisamos da participação e queremos a participação dos nossos vereadores”.

Aroldi fez questão de ressaltar que o cargo é muito importante para a estrutura federativa. “É aquele que faz a legislação do seu Município. Tudo que acontece no Município passa pela Câmara Municipal de Vereadores, o orçamento, o Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias”, exemplificou. Ele destacou que as ações estruturantes do movimento promovem para toda a população brasileira. “Tem 2 mil projetos tramitando no Congresso Nacional que mexem

com a vida dos Municípios, 400 importantes e 40 de extrema importância”, contou.

Antigo integrante do movimento, o vereador de Ibirubá (RS) Tuta Rebelato alertou os colegas para a necessidade de integrar o mu-

nicipalismo. Ele também aconselhou os participantes da XXI *Marcha* a levarem tudo o que aconteceu no evento para a população local. “Eu, quando volto à minha cidade, dou entrevista e falo tudo o que aconteceu aqui”.



Gestão municipal

Política Nacional de Governança ganha espaço

“Governança é sinônimo de melhoria nos serviços prestados à população. Então, por isso, a Confederação Nacional de Municípios está apostando neste trabalho”. A afirmação foi feita pelo presidente da CNM, Glademir Aroldi, durante a Plenária Controle Externo e Governança. O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes destacou a Política Nacional de Governança do TCU.

Aroldi explicou aos gestores a necessidade de se debater o tema e agradeceu a Nardes a parceria de trabalho. “O ministro Nardes tem estado sempre com a gente. E hoje nós vamos tratar da política nacional de governança, um projeto do ministro. Nós estamos aqui nos comprometendo com o TCU e com o ministro Nardes e equipe a levar essa iniciativa. Tentar colocá-la em cada Município deste país, porque nós entendemos que a governança é necessária”.

Nardes fez uma apresentação em que destacou que “a má governança é a realidade do nosso país”. Segundo ele, a falta de segurança é outro problema que deveria preocupar os gestores brasileiros. De acordo com ele, a governança também tem o sentido de orientar os



gestores municipais no intuito de evitar apontamentos de tribunais de contas. “Se você não tem um bom controle interno, se você não tem uma boa governança, você acaba sendo penalizado posteriormente”, afirmou.

Em sua apresentação, Nardes apresentou ainda alguns dos trabalhos já realizados pelo Tribunal e diagnósticos já identificados pelo TCU e que podem servir como exemplo aos gestores que buscam uma gestão de governança. Além disso, o ministro apresentou índices levantados pelo órgão e que representam a situação da falta de governança no Brasil.

O case de Maragogi

Nardes contou que, em 2015, ele propôs o Acórdão 1.273, em que recomenda à Casa Civil, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional dos Ministérios Públicos (CNMP) que elaborassem um modelo de governança. “Agora estou em contato com o Congresso para que avaliem a possibilidade de discutir um projeto de lei com esse modelo de governança”, contou o ministro, o qual garantiu que muito em breve deve dar encaminhamento a essa pauta.

O prefeito de Maragogi (AL), Fernando Lira, contou que se propôs a ser “co-baia” do TCU na implementação desse projeto de governança. “A governança vai garantir para o Município uma qualidade nunca vista antes. Nosso processo já está na fase de elaboração da lei, e a gente vai modular, pois não dá para fazer de uma vez”, afirmou.

Projeto UniverCidades

Cinco melhores iniciativas são premiadas

A tarde do dia 23 de maio foi de reconhecimento e premiação. Os participantes da XXI *Marcha a Brasília* ficaram conhecendo as cinco

iniciativas mais inovadoras por meio do **Prêmio MuniCiência** – realizado pela CNM em parceria com a União Europeia. Foram mais de 300

inscritos que, selecionados, viraram 15, que foram para votação nacional. Destes, saíram as cinco melhores iniciativas. Saiba quais são:



Programa Santa Clara tem Valor

Com 2.778 votos, o primeiro colocado no MuniCiência foi resultado de parceria com a comunidade. O Programa “Santa Clara tem Valor”, do Município de Santa Clara do Sul (RS), trouxe aumento na arrecadação através do aperfeiçoamento e da qualificação das atividades econômicas do Município. Com o projeto, a prefeitura modernizou a Gestão Pública, integrando todos os segmentos econômicos da cidade.



Programa de Protagonismo Juvenil (PPJ)

Uma diferença pequena de votos separou o primeiro do segundo colocado. Com 2.741 votos, o Programa de Protagonismo Juvenil (PPJ), do Município de Guarjão (PE), conquistou o segundo lugar. A iniciativa busca engajar os jovens em atividades culturais, educacionais e de cidadania no Município, através de um programa com componentes curriculares interdependentes e complementares.



Programa Presente Professor

Em terceiro lugar, a iniciativa do Município de São Bento do Uma (PE) recebeu 1.781 votos. Através do Programa “Estou presente, professor”, o Município conseguiu melhorar o rendimento dos alunos, reduzir a reprovação, a distorção idade/série, reduzir os índices de evasão escolar, além de melhorar os indicadores educacionais e de alfabetização.



Projeto Sistema Alternativo de Tratamento de Água para Consumo Humano (Salta-Z)

O Projeto Sistema Alternativo de Tratamento de Água para Consumo Humano (Salta-Z), do Município de Abaetetuba (PA), ficou em quarto lugar. O projeto foi implementado com o objetivo de buscar uma alternativa viável para levar água de boa qualidade para o consumo da população, especialmente as de difícil acesso.



Projeto Arte na Parada

Em quinto lugar está o Projeto Arte na Parada, do Município de Rio Grande (RS). A iniciativa surgiu como motivação da preservação da fauna e da flora através da cultura e da arte na parada. Além de trazer inovação para o Município com arte feita pela sociedade, a prefeitura conta com a parceria da comunidade no cuidado e na identificação da arte.

Boa prática

Prefeitura economiza ao implementar política de monitoramento

Alternativas viáveis para o monitoramento e a avaliação de recursos públicos utilizados pelo Município. O Laboratório de Ação contra a Pobreza Abdul Latif Jameel (J-PAL) apresentou, durante a XXI *Marcha a Brasília*, alternativas viáveis que podem, de forma simples, serem realizadas na gestão municipal.

A prefeitura de Belém do Pará (MG) implementou um sistema de monitoramento no Município. A primeira medida foi a de realizar o georreferenciamento da cidade. Assim, o prefeito

Elias Diniz consegue acompanhar o cidadão dentro da utilização das estruturas municipais. Tudo na palma da mão. Os cidadãos participam de forma simples e rápida. Ao fotografar o problema, através de um aplicativo, o cidadão envia a foto para a base de dados da prefeitura, que vai promover as medidas cabíveis, informando o cidadão quando o problema for solucionado. “A economia gerada para o Município chega a R\$ 2 milhões por ano, resultando em R\$ 8 milhões ao fim do meu mandato”, disse.



Fotos: Ag. CNM

Ag. CNM

 Pesquisa

Compromisso é a palavra de ordem para o municipalismo

Durante a *XXI Marcha*, a CNM ouviu a opinião dos participantes sobre as principais ações encampadas pela entidade. Ao todo, foram 15 perguntas que refletem a expectativa dos gestores municipalistas para o próximo ano. Compromisso e união são as palavras de ordem para a nova diretoria da Confederação. Confirma os resultados das demais questões.

Quase 45% dos participantes afirmam que a principal conquista da Confederação para o Município deles é o 1% do FPM (dezembro e julho), seguido por quase 18% que apontam o AFM como a mais importante. Já o principal pleito junto ao Executivo Federal, com quase 60% dos votos, é a extensão aos Municípios da atualização de valores da licitação em caráter nacional via decreto presidencial.

Expressar o que a *Marcha* representa para o municipalismo em apenas uma palavra é uma tarefa quase impossível. Mas, ao olhar para as mais destacadas, é possível vislumbrar um eixo em comum. Veja as principais: Conquista(s) – 10,5%; Luta – 4,97%; Fortalecimento – 3,11%; Desenvolvimento – 3,11%; Esperança – 3,73%.

Entre as propostas para equilibrar o federalismo brasileiro, 47,3% dos participantes apontaram que a mais importante para as finanças municipais é o aumento de 1% no FPM

a ser pago no mês de setembro. Na sequência, com 34,46% está a busca por decisão favorável do Supremo Tribunal Federal sobre matérias aprovadas democraticamente no Congresso Nacional como *royalties*, ISS e IRRF.

O principal desafio para a cooperação federativa em relação aos programas federais está relacionado à falta de atualização inflacionária e de regularidade, somado ao subfinanciamento. Essa foi a opinião de 39% dos gestores municipalistas.

Com 44,2% dos votos, a Educação Básica é o setor que mais merece atenção dos governos dos três Entes federativos. O pleito envolve maior redistribuição e mais recursos ao novo Fundeb, além da revisão de leis como a do Piso do Magistério.

Matérias em discussão no Congresso Nacional também estão no radar dos Municípios. Para 31,71%, a pauta de maior relevância no Senado Federal é o PLS 116, que dispõe sobre a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável. Já na Câmara dos Deputados, 37,5% dos participantes da pesquisa estão de olho nas emendas parlamentares repassadas diretamente aos fundos municipais.

Quando o tema é efetividade de comunicação entre a CNM e o Município, 54,27% dos en-

trevistados responderam que as melhores ferramentas são os canais de mensagens diretas: WhatsApp e SMS (27,64%) e *e-mail* (26,63%).

O trabalho desenvolvido pela CNM avança dia a dia. Por isso, os gestores municipalistas apontaram os cinco principais eixos em que eles acreditam que a entidade deve se desenvolver ainda mais: Educação e Saúde; Agricultura e Pecuária; Finanças; Saneamento e Meio Ambiente; e Habitação e Mobilidade.

Para a estruturação de uma Política Nacional de Governança, a iniciativa primordial, para 43,64% dos pesquisados, é qualificar a administração pública para práticas de gestão e controle, com foco em transparência e prestação de contas.

Os municipalistas também lançaram um olhar sobre o principal empecilho para um Estado eficiente. Para 43,64% deles, o desafio é vencer a ausência de estabilidade jurídica, que afasta o bom gestor e dificulta uma gestão pública inovadora e de qualidade, principalmente em relação à Lei de Improbidade.

Por fim, a Confederação mediu em qual área as prefeituras mais sofrem com o efeito de judicializações ou Termos de Ajuste de Conduta (TAC). Saúde e Assistência Social são as mais impactadas de acordo com 54,72% dos entrevistados.



Gestão municipal

Atendimento técnico orienta participantes em áreas essenciais

Municipalistas presentes na *Marcha* receberam orientações nos balcões de atendimento técnico e nos totens que foram disponibilizados pela CNM no evento. Colaboradores da entidade auxiliaram os participantes com informações relevantes para a gestão municipal e distribuíram materiais de apoio que podem ser utilizados nas prefeituras e nas secretarias municipais.

Os participantes foram atendidos pelos técnicos das áreas de Saúde, Educação, Saneamento, Finanças, Jurídico, Turismo, Cultura, Finanças, dentre outras. Ainda puderam, por meio dos totens, aprender mais sobre as funcionalidades exclusivas no Espaço do Contribuinte, como o Sistema de Convênios (Siconv), Transferências Constitucionais e Indicadores do Desenvolvimento Municipal Sustentável.

Primeiro prefeito a ser atendido nos totens do Espaço do Contribuinte, Alessandro Alves, do Município potiguar de Campo Redondo e também secretário-geral da Federação dos Municí-



pios do Rio Grande do Norte (Femurn), elogiou as funcionalidades do espaço e destacou as novas funções disponíveis. “Eu achei a Mandala Municipal muito interessante. E fiquei feliz porque vi a realidade do meu Município. E percebi que melhorou muito desde 2013”, avaliou.

A CNM também disponibilizou o chamado “Dinheiro na Conta”. A medida surgiu para

analisar se os Municípios tinham recursos parados nas contas municipais, especialmente nas áreas de Saúde e Assistência Social. Nos casos em que havia, a área técnica orientava o gestor em relação à utilização do mesmo. O Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde e o Ministério do Planejamento também disponibilizaram equipe para esse fim.

Produtos, serviços e tecnologias

Exposição abriu espaço para auxiliar os Municípios na gestão

A tradicional Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias trouxe novidades aos participantes da *XXI Marcha*. No espaço, os gestores municipais encontram os principais lançamentos em termos de tecnologia para contribuir com o desenvolvimento da gestão. Este já é o nono ano consecutivo em que a Confederação incorpora o espaço à *Marcha*.

A organizadora da Exposição, Dalva Christofoletti, fala sobre a importância do local. “Eles têm a oportunidade de, em um mesmo momento, conhecer o que o mercado oferece para ajudá-los na modernização da gestão”, disse. Ela também mencionou alguns dos serviços oferecidos. “O Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] presta um serviço incrível para os brasileiros. A Caixa tem como elemento forte o [programa] Minha Casa, Minha Vida. E tem também o Banco do Brasil, com um financiamento fantástico”, complementou.



O prefeito de Itaipé (MG), Alessander Batista, falou sobre a oportunidade de estar em contato com os expositores. “Eu estou aqui para aprender. Então, eu pretendo passar em todos os estandes que eu tiver condição. Como eu sou prefeito novato, eu preciso me inteirar de tudo o que acontece, a fim de levar para meu Município”.

O espaço também ofereceu soluções interessantes aos gestores mais experientes. Assim confirma o prefeito de Colorado (PR), Marcos Melo. “Eu vejo que a *Marcha* deste ano superou a minha expectativa. Eu que estava há quatro anos sem comparecer, retorno a Brasília participando de um evento fantástico”, finalizou o gestor.

Na mídia

Evento municipalista é destaque na mídia e nas redes sociais

A 21ª edição da *Marcha* foi destaque em grandes jornais. Em reportagens televisivas, o evento foi destaque na Globo News, na TV Globo, no SBT, na Record e na TV Brasil, que deram ênfase na participação dos mais de sete mil gestores municipais e mostraram a cerimônia de abertura, que contou com a presença do presidente da República, Michel Temer.

Já a participação dos parlamentares teve grande repercussão nos sites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. TV Câmara e TV Senado registraram a participação dos presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB/CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

O assunto que gerou maior repercussão na mídia foi a sabatina dos pré-candidatos à presidência da República. Portais como UOL, Metrôpoles, Estadão, Folha de São Paulo, Correio Braziliense, Veja e IstoÉ publicaram séries de reportagens com resumo do que foi comentado por cada concorrente.

➤ Redes

Nas redes sociais dos grandes jornais, a repercussão da participação dos pré-candidatos também foi grande. Estadão e O Globo estão entre os veículos que citaram a *Marcha* e a pre-

sença dos candidatos no Facebook.

Para esta 21ª edição, foi criada uma *hashtag* para acompanhar o engajamento do evento nas redes. No Instagram foram captadas 964 fotos que utilizaram **#XXIMarchaCNM**. O Twitter registrou 333 Tuites e no Facebook da Entidade as publicações chegaram a alcançar quase 16 mil visualizações.

Já o canal TV Portal CNM no Youtube chegou a ter mais de 47 mil visualizações, registrando a maior movimentação entre as redes. O número alto ficou a cargo dos debates dos pré-candidatos nos dias 22 e 23 de maio.



Projeto

Curso a distância é lançado durante Encontro de Agentes Municipalistas

A nova modalidade Educação a Distância (EAD) do curso de formação dos Agentes Municipalistas foi apresentado aos gestores na 3ª edição do *Encontro Nacional de Agentes Municipalistas*. Com programação paralela, o evento reuniu diversos agentes durante a *XXI Marcha*.

A abertura foi realizada pelo coordenador da Rede Municipalista, Augusto Braun, que destacou o projeto da Rede e as expectativas do curso EAD. "Hoje vamos lançar o curso de formação de Agentes EAD, que se soma à capacitação presencial que muitos já fizeram. Até porque a nossa pauta municipalista é dinâmica, por isso, ele serve também como

uma reciclagem", frisou.

O curso será disponibilizado na plataforma de Educação Virtual da CNM no endereço www.ead.cnm.org.br. Para ter acesso completo ao site, é necessário criar uma conta e preencher o formulário de inscrição. "Nós fizemos um EAD que precisa ser consumido ao estilo maratona Netflix, com conteúdo simples e vídeos rápidos", explica o responsável pelo desenvolvimento do conteúdo do curso, Maurício Zanin.

O curso faz parte de uma estratégia da CNM de levar aos Municípios os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Está dividido em 4 módulos: introdução aos ODS; sensibili-



Ag. CNM

zação à promoção e ao diálogo para localizar os ODS; como alinhar os planos de desenvolvimento municipais aos ODS; e como monitorar e avaliar se os Objetivos estão sendo aplicados.

Inovação

Palco Lançamento promove iniciativas e parcerias

Uma das grandes novidades da *XXI Marcha* foi o Palco Lançamentos. O espaço reuniu iniciativas e projetos da CNM e de instituições parceiras. Ao todo, foram apresentadas oito ideias. A primeira, capitaneada pelo Serpro, abordou um conjunto de produtos e serviços para a gestão do trânsito e desenvolvimento territorial. Entre eles, o sistema Radar para gestão de infrações e penalidades de trânsito.

Acordo de Cooperação

Outra ação do Palco Lançamentos foi a assinatura de um Acordo de Cooperação com o Conselho Federal de Administração (CFA). O termo visa a fomentar intercâmbio de informações e tecnologia com foco no desenvolvimento e na efetivação de ferramentas de gestão.

Cidades Lixo Zero

O presidente do Instituto Lixo Zero, Rodrigo Sabatini, falou sobre o Congresso Internacional Cidades Lixo Zero. "É um evento muito rico, que está trazendo especialistas do mundo todo para debater a questão da destinação", destaca.

App Siconv Conveniente

O aplicativo apoia a gestão das Transferências Voluntárias operacionalizadas por meio do sistema Siconv. O app apresenta informações sobre programas disponíveis, propostas enviadas e instrumentos celebrados entre o governo federal e os governos estaduais e municipais.

Reinsserir

O coordenador do Projeto Integração Local para Reinserção do Usuário de Drogas (Reinsserir), Eduardo Stranz, apresentou o Guia de

Reaplicação do Projeto, destacando os resultados alcançados nos três anos de execução da iniciativa em 14 Municípios do Seridó Paraibano.

Parceria Censo 2020



Ag. CNM

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou a parceria para intercâmbio de endereços. O cadastro de endereços é o grande desafio a ser implementado pelo Instituto no Censo de 2020. A ideia é que a parceria com a CNM resulte em cadastros complementares entre o IBGE e as prefeituras brasileiras.

União Europeia

O Programa de Cooperação Urbana Internacional faz parte de uma estratégia de longo prazo da União Europeia para fomentar o desenvolvimento urbano sustentável e a cooperação dos setores público e privado com grupos comunitários e cidadãos. O projeto prevê o pacto global de prefeitos pelo clima e energia e a cooperação entre regiões.



Ag. CNM

REDE DE MUNICÍPIOS DOADORES

Os participantes do evento também acompanharam a Rede de Municípios Doadores. Trata-se de projeto da CNM com base em um aplicativo e projeto-piloto que está sendo aplicado em Goiás. O objetivo é criar um fluxo de divulgação e demanda para a doação de sangue.

Arenas Temáticas

Painéis consolidam demandas e criam Fórum Amazônico Municipalista

Após uma maratona de dez arenas temáticas sobre as principais necessidades setoriais para os Municípios brasileiros, a CNM consolidou os resultados desses painéis. Foram cerca de 20 horas de debates, com aproximadamente 2 mil gestores participantes.

Durante a leitura dos documentos finais, a prefeita de Cristal (RS), Fabia Richter, apresentou os resultados da arena temática de Saúde, reforçando a necessidade de os prefeitos apoiarem o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), pois a gestão do setor é feita na Comissão Intergestora Tripartite, com 300 federados.

“Precisamos ter uma atenção estratégica com a Tripartite. É dever dos prefeitos dar apoio político para que essa pactuação aconteça. Estamos numa aproximação fantástica com o Conasems como nunca aconteceu antes. Mas gostaríamos muito que os prefeitos com perfil na área da Saúde formassem um grupo para que, junto com o Conasems, possamos, verdadeiramente, escrever uma história municipalista para a Saúde”, defende Richter.



Ag. CNM



Ag. CNM



Ag. CNM

O prefeito de Santana (AP), Ofirney Sadaia, externou a felicidade em fazer a leitura do documento consolidado da arena de Administração. “Os compromissos estão na direção de mudanças nas leis. E, quando falamos dessas mudanças na lei, estamos buscando o princípio constitucional da eficiência da gestão. Isso dará mais segurança e coragem aos prefeitos em suas decisões e administrações”, acredita.

Por fim, os gestores reunidos no Encontro Amazônico expuseram as necessidades que a região da Amazônia Legal, que engloba 772 Municípios (mais de 60% de toda área territorial do Brasil), enfrenta. “É uma das regiões mais ricas do mundo, mas com uma população extremamente em dificuldade. Portanto, decidimos e criamos um Fórum Permanente de Municípios Amazônicos, na linha dos que os governadores estaduais fizeram, para defender políticas específicas para a região a partir da visão municipalista”, celebrou o prefeito de Manaquiri (AM) e diretor da CNM, Jair Souto.

O diretor-executivo da Federação das Associações de Municípios do Estado do Pará (Famep), Josenir Nascimento, também participou do Encontro Amazônico. Ele destacou as

necessidades das cidades amazônicas e a criação de um espaço permanente de avaliação, planejamento, coordenação e monitoramento dos atores envolvidos no desenvolvimento territorial e sustentável da Amazônia. “Vamos trabalhar para a criação de um banco de boas-práticas e promover a capacitação de líderes locais da região com foco especial nas mulheres e nos jovens para aumentar a produtividade”, compromete-se.

Nascimento falou ainda do desafio de mudar a abordagem do desenvolvimento econômico. “Precisamos de uma ação que permita a articulação de conservação do território, que abranja questões sustentáveis, de recursos naturais, por meio de várias ações dentro da chamada economia verde”, conclui.

 Encerramento

Carta de Compromissos com o Brasil encerra a XXI Marcha

A 21ª edição da *Marcha* entrou para a história pela transição de uma gestão que consolidou o movimento municipalista nas últimas décadas e pelos desafios que se impõem a gestores locais e ao futuro presidente do país em um período de crise – financeira e política. Os compromissos com o Brasil, firmados em uma carta, vão além do Poder Executivo e se estendem ao Legislativo e ao Judiciário.

O diretor da Confederação Hugo Lembeck leu a Carta e, ao fim da leitura, o presidente Glademir Aroldi agradeceu todos que participaram. “Vamos ter muito trabalho pela frente e quero contar com o apoio de cada um, incluindo diretoria e presidentes das estaduais, para que a gente consiga fortalecer os Municípios brasi-



leiros e avançar nas pautas municipalistas. Tenho consciência do tamanho da responsabilidade, mas a determinação, a garra e a vontade são maiores ainda”, garantiu.

Veja alguns trechos da Carta e confira, no site da CNM, o documento completo:

Cerca de 8.000 municipalistas brasileiros reunidos em Brasília, nos dias 21 a 24 de maio de 2018, para a **XXI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios**, protagonizaram um encontro histórico no qual as lideranças locais apresentaram aos principais cotados para a disputa presidencial deste ano os compromissos que esperam que eles assumam com o Brasil e com o movimento municipalista.

Na abertura do evento tivemos a presença do Excelentíssimo Presidente da República, Michel Temer, que assinou na presença de todos um decreto que traz a solução para o grande problema gerado pelas obras das UPAS que estão inacabadas ou que não estejam operacionais. O Presidente Paulo Ziulkoski discorreu sobre a história do movimento municipalista nas últimas décadas, demonstrando como o mesmo se consolidou como força transformadora da sociedade brasileira e destacou os desafios que estão por vir.

O Movimento Mulheres Municipalistas teve seu papel destacado nesta *Marcha*, tendo apresentado os resultados de seus primeiros anos de trabalho e sendo reconhecida no estatuto da CNM através da conquista de assento no Conselho Político da Entidade.

O ápice da *Marcha* foi o diálogo com os pré-candidatos à presidência da república, onde os mesmos tiveram a oportunidade de se posicionar sobre as principais angústias que afligem os gestores municipais e todos assinaram carta compromisso com o movimento municipalista.

A *Marcha* também foi marcada pela transição da diretoria da CNM, quando o Presidente Glademir Aroldi recebeu o comando da entidade do Grande Líder Municipalista Paulo Ziulkoski, que foi homenageado pelo seu trabalho na construção e fortalecimento da Confederação Nacional de Municípios e pelo fortalecimento do movimento municipalista.

O Congresso Nacional também esteve presente na *Marcha*, através do Presidente do Senado, Senador Eunício Oliveira, e do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, que receberam da CNM a pauta municipalista junto ao Congresso Nacional e se comprometeram a dar celeridade no andamento da mesma. Além dos comandantes das duas casas do Congresso, estiveram presentes dezenas de parlamentares.

Ocorreu o já tradicional diálogo com o poder legislativo em que os vereadores tiveram a oportunidade de trazer as suas propostas e opiniões sobre os rumos do movimento municipalista e também a articulação como Tribunal de Contas da União.

No decorrer do evento, conquistas muito importantes para o Movimento Municipalista foram alcançadas como a admissibilidade da urgência para votação em plenário do PLP 461/2017, que regulamenta a LC 157/2016 do novo ISS, e também o compromisso do Governo Federal em aumentar os valores dos limites da lei federal nº 8.666/93 que trata das licitações públicas.

Todos os eventos aqui relatados demonstraram sumariamente a força do movimento municipalista e o poder da unidade de todos os agentes políticos locais que deve ser mantida e reforçada.